

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29 DE 2007

Dispõe sobre a comunicação audiovisual social eletrônica de acesso condicionado e dá outras providências

Emenda nº modificativa

Dê-se ao parágrafo único do art. 6º do substitutivo do PL 29/07 apresentado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática a seguinte redação:

"Art. 6º ...

...

Parágrafo único. As restrições de que trata este artigo não se aplicam quando a aquisição ou a contratação se destinar exclusivamente à produção de peças publicitárias, eventos artísticos, desportivos e culturais de interesse nacional."

JUSTIFICATIVA

A ausência de exclusividade possibilita a aquisição e o financiamento dos direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional por uma parcela maior de investidores, permitindo um maior fomento da produção de conteúdo. No que diz respeito ao financiamento, a diferença deste para o patrocínio constitui uma linha muito tênue, podendo acarretar a impossibilidade das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo não mais poderem patrocinar eventos tais como: Copa do Mundo, Olimpíadas, etc. Nesta mesma linha, eventos próprios, como eventos artísticos, desportivos e culturais de interesse nacional, que eventualmente venham a ser transmitidos para os usuários, não poderão ter a participação das respectivas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

Da forma que se apresenta no substitutivo, o presente Projeto de Lei intervém na relação privada de contratação de prestação de serviços, ou seja, a exclusividade da prestação do serviço deve ser uma opção das

partes envolvidas, e não uma obrigação legal. A contratação de talentos artísticos e de direitos de imagem por todos os participantes do mercado é importante para que se mantenha a isonomia na prestação do serviço.

Outrossim, a contratação, sem exclusividade, é um direito do próprio artista que poderá ser violado. Entende-se como fundamental ao talento nacional e à realização de eventos de interesse nacional que estes possam ser comercializados para uma fatia importante do setor audiovisual, quais sejam, as empresas de telecomunicações, permitindo assim uma maior inclusão social.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Bilac Pinto
Deputado Federal – PR/MG